

4

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal do Idoso – CMI, realizada ao
2 décimo dia do mês de Fevereiro de 2015, às nove horas na Casa de Participação
3 Comunitária, situada na Rua Rei Alberto I número 119, no bairro da Ponta Praia, em
4 Santos/SP, com a participação dos conselheiros para deliberar a seguinte ordem do dia: Item
5 I - Apreciação e deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária de treze de janeiro de
6 2015. Item II - Informes Gerais da Diretoria Executiva; Item III- Assuntos Gerais; Item IV-
7 Deliberação da Conferência Municipal do Idoso 2015. Item V- Informes das Câmaras
8 Setoriais. A presidente Eliza Montrezol inicia a assembleia dando boas vindas a todos, em
9 seguida passa para o Item I – A presidente informa que por motivos operacionais a leitura da
10 ata de janeiro ficará para próxima assembleia, todos concordam. Item II - A presidente
11 informa que foi agendada para dia 11 de fevereiro as 15h a reunião com o Prefeito Paulo
12 Alexandre Barbosa e a comissão representando o CMI composta pela Diretoria executiva e
13 pelos conselheiros João Inocêncio, Flavia Yara e Paulo Machado e Paulo Henrique
14 Montenegro, coordenador de políticas públicas para a Pessoa Idosa, para falar sobre a
15 gratuidade dos ônibus Municipais para idosos a partir de 60 anos. Relata que é preciso
16 discutir o que a Municipalidade vai oferecer ao Idoso na questão do transporte coletivo
17 público, pois é um direito do Idoso. Relata, ainda, que esteve no dia 02 de fevereiro na
18 primeira sessão da Câmara dos vereadores falando sobre o assunto e, foi acompanhada
19 pelos Conselheiros João Inocêncio, Devanir e Maria Aparecida. O vice Presidente Sr.
20 Devanir e a 1ª secretária Maria Aparecida concordam com a fala da presidente afirmando
21 que somos um Conselho de Direitos e devemos nos mobilizar nesse sentido. O conselheiro
22 Devanir sugere a criação de um Manual do Idoso, informando quais são os direitos dos
23 idosos, os serviços existentes e as dúvidas sobre as denúncias de violência contra o Idoso, e
24 pergunta quem gostaria de ficar coordenando esse trabalho. Após discussão, ficou aprovado
25 que será a Câmara de Legislação. O conselheiro Devanir se propõe a ajudar na construção
26 desse Manual e aproveita para solicitar ao coordenador da Câmara de Legislação o
27 conselheiro Edison, maior agilidade nas alterações que devem ser feitas no Regimento
28 Interno deste Conselho. A 1ª secretária Maria Aparecida solicita aos coordenadores das
29 Câmaras de Legislação e Planejamento que, por gentileza, atualizem os livros ata, pois estão
30 desatualizados. Item III - O conselheiro Sr. João fala sobre a dificuldade que os idosos têm
31 de entenderem quais são os seus direitos, acredita na necessidade de melhorar as
32 informações. A conselheira Dulce faz uma reflexão no sentido de valorização dos
33 conselheiros em relação às demandas de proteção das conquistas de direitos da Pessoa
34 Idosa. E todos concordam que a gratuidade do transporte coletivo público é um direito que
35 deve ser preservado. A presidente fala que também esteve dando entrevista sobre o assunto
36 na rádio CBN. A Conselheira Edith traz uma denúncia sobre uma idosa que foi
37 institucionalizada. Relata que em dezembro de 2014 uma amiga precisou deixar a sogra em
38 uma ILPI - Instituição de Longa Permanência por um mês, porém após esse período
39 encontrou a idosa com péssima aparência, dopada, emagrecida, sem roupas íntimas, e sem
40 medicamentos. Diz que a nora tirou imediatamente a sogra desse local. A presidente solicita
41 à conselheira que após a reunião forneça mais dados para a equipe da Câmara de
42 Fiscalização para que seja feita uma visita de fiscalização. Item IV- A presidente relata que
43 esteve na reunião com o secretário da Secretaria Municipal de Defesa da Cidadania onde
44 estavam presentes os presidentes do CONDEFI – Sra Naiara, do CMDCA – Secretário
45 Carlos Mota e do CMI – Sra Eliza Montrezol para discutirem a proposta da Secretaria
46 Nacional de Direitos Humanos de realizar Conferências Unificadas com o objetivo de
47 fortalecer a discussão sobre Direitos Humanos. A proposta é de que seja realizada no

5

1

6

10

48período de 15 a 19 de junho deste ano, sendo a abertura unificada no dia 15 à noite e, a
49partir do dia 16, se realizem as Conferências dos Conselhos simultaneamente. Cada
50Conselho faz a sua Conferência, discute suas propostas e seus encaminhamentos. Não
51havendo nenhum posicionamento contrario a essa proposta foi eleita uma comissão
52organizadora composta por, Maria Aparecida, Paulo Machado, Flávia Yara, Regina Freire,
53Ana Carolina, Cristina Camargo, Inês Dantas e Paulo Henrique. O conselheiro Paulo
54Henrique questiona a não presença das conselheiras Creusa Nogueira e Flávia Valentino na
55Comissão organizadora da Conferência, pois a Sra Creusa Nogueira é representante deste
56Conselho no Conselho Estadual do Idoso. A conselheira Sra. Creusa Nogueira justifica sua
57ausência relatando que no momento não tem disponibilidade de tempo para participar, mas
58que poderá ajudar de outra forma, cedendo pastas e blocos para serem entregues na
59Conferência além de encaminhar as deliberações do CEI – Conselho Estadual do Idoso. A
60presidente sugere que seja agendada a primeira reunião da comissão organizadora. Após
61discussão fica agendada para dia 19 de fevereiro às 14hs, como também uma Assembleia
62Extraordinária para aprovação da Resolução Normativa da Conferência a qual fica marcada
63para o dia 25 de fevereiro as 9h. Todos concordam e, portanto, aprovam. Item V- Informes
64das Câmaras - A conselheira Cristina, da Câmara de Fiscalização, informa que o trabalho da
65Câmara já está acontecendo, continuam fazendo as visitas solicitadas pelo MP - Ministério
66Público. Relata sobre as dificuldades que estão encontrando nas ILPIS muitos locais com
67falta de alimentação, geralmente o cardápio da Nutricionista é só para constar, a alimentação
68servida é totalmente diferente do cardápio, idosos em contenção por longos períodos,
69poucos funcionários, idosos querendo ir para casa, muitos lúcidos, porém institucionalizados
70contra a sua vontade, residenciais sem documentações. Diz que “nosso Município tem sérios
71problemas em relação aos Residenciais para Idosos”. A conselheira Maria Aparecida relata
72que abriu mais um Residencial de Idosos aqui em Santos. Hoje é o investimento do
73momento. Devido à falta de fiscalização, abrem Residenciais sem Alvarás, sem
74documentações, sugere discutir essas questões com a Promotoria e com o Juiz da vara do
75Idoso. Informa também que a conselheira Regina Freire está se inserindo nesta Câmara. A
76conselheira Flávia Valentino diz que é um absurdo uma Nutricionista trabalhar em 10
77Residenciais, não entende como isso acontece, diz “cadê à fiscalização?”. A conselheira
78Rosana Gomes sugere a responsabilização da família, que é quem coloca o idoso nessas
79casas. A conselheira Rainisa sugere divulgar o nome desses Residenciais. A presidente
80sugere buscar parcerias, por exemplo, com a mídia escrita e falada para que se possa mudar
81essa triste realidade. Câmara de Legislação - O Coordenador Edison fala que a Câmara de
82Planejamento esta trabalhando junto com a Legislação nas alterações que precisam ser
83realizadas em algumas Resoluções e trabalhando no Regimento Interno deste Conselho. A
84colaboradora Lucy reitera a solicitação de cobertura para o abrigo do ponto de ônibus aqui
85em frente à Casa de Participação. Nada mais havendo a falar eu Maria Aparecida de Souza
86Costa secretariei e assino esta ata juntamente com a presidente.

87

88

89Eliza Montrezol

90Presidente

Maria Aparecida de S. Costa

1ª Secretária